

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 8098 | Salvador, de 15.02.2021 a 17.02.2021

Presidente Augusto Vasconcelos



BANCO DO BRASIL

**Programas do Santander
são resultado de luta**

Página 2

**Sindicato carimbado
na história brasileira**

Página 4

Lucro não impede o desmonte

Com um lucro líquido de R\$ 13,9 bilhões em 2020, mesmo em tempos de pandemia, o Banco do Brasil quer fazer reestruturação. O objetivo do governo e do BB nada mais é do que desmontar a empresa e prepara-la para a privatização.

Página 3



JOÃO LIBALDO

Desde que foi anunciada a reestruturação do BB, os bancários estão mobilizados para impedir o desmonte

Programas de remuneração do Santander

Os benefícios são fruto de muita luta

ALAN BARBOSA
imprensa@bancariosbahia.org.br

PARA tirar as dúvidas dos trabalhadores do Santander, o Sindicato dos Bancários da Bahia esclarece o significado de cada programa de remuneração. A PLR (Participação nos Lucros e Resultados), por exemplo, corresponde à lei 10.101, a qual determina aos bancos a distribuição de lucros visando integração entre capital e trabalho, bem como um estímulo à produtividade.

O pagamento do benefício não pode ser em mais de duas vezes ao ano, nem inferior a um trimestre, para que não se torne habitual, pois na PLR não incidem encargos trabalhistas.

Mas, é na negociação coletiva que são definidas as regras de distribuição com garantia de que todos os trabalhadores recebam parte do lucro.

Outro benefício é o PPRS. As regras são descritas no Acordo Aditivo da empresa. No Programa Próprio de Resultados do Santander, todos os trabalhadores são beneficiados com o mesmo valor norteado pela taxa que seria o retorno sobre o patrimônio médio.

Por fim, o Santander dispõe também do PPE (Programa Próprio Específico) apenas para algumas áreas elegíveis e o PPG (Programa Próprio para Cargos de Gestão), também denominado como bônus. Os sindicatos não participam da determinação das regras destes programas, sendo definidos pelo gestor os critérios para elegibilidade.

Várias queixas do consignado

AS RECLAMAÇÕES contra bancos relacionadas ao crédito consignado bateram recorde no quarto trimestre de 2020. De acordo com o Banco Central, 10,5 mil queixas foram registradas no período.

Em resposta ao aumento dos casos, a Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) proibiu nove correspondentes bancários de atuarem na oferta do consignado.

Os correspondentes são empresas contratadas por instituições financeiras que atuam como intermediários para a prestação de serviços de atendimento aos clientes, e têm o crédito consignado como um dos principais produtos, especialmente para aposentados e pensionistas.



Cobrança abusiva no IPTU de Salvador é discutido na Câmara Municipal

Distorções no IPTU de Salvador em discussão

OS ALTOS reajustes e desigualdades nos valores do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbana) em Salvador têm sido alvos de denúncias na Câmara Municipal. Os moradores de diversas regiões da cidade produziram um documento com mais de 1.200 assinaturas apontando problemas de distorções na cobrança e na taxa de resíduos sólidos.

O vereador e ouvidor-geral do Município, Augusto Vasconcelos, que também é presidente do Sindi-

cato dos Bancários da Bahia, tem levantado a pauta das irregularidades na cobrança do imposto. Em alguns casos, a diferença no IPTU de pessoas no mesmo condomínio chega a 250%.

Para esclarecer sobre as irregularidades, será realizada audiência pública no próximo dia 23 com os moradores da cidade e especialistas em Direito Tributário. A intenção é debater quais são os critérios para avaliação do valor da unidade padrão que está em desacordo.

Luta na Câmara

O PRESIDENTE do Sindicato dos Bancários da Bahia e vereador, Augusto Vasconcelos, assume a presidência da Comissão de Trabalho, Emprego e Renda da Câmara Municipal de Salvador. O objetivo é debater a geração de empregos, qualificação profissional, programas de distribuição de renda e as condições de trabalho na cidade.

Com a experiência na participação das lutas sindicais de diversas categorias, Augusto Vasconcelos acredita ser de fundamental importância a comissão para pautar o desemprego e as desigualdades sociais, buscando soluções inovadoras, ouvindo o segmento empresarial, os governos, mas sobretudo a classe trabalhadora que sofre com a falta de oportunidades.

Lucra altíssimo, mas penaliza o funcionário

Reestruturação do BB quer fechar agências, demitir e descomissionar. Desmonte

RENATA ANDRADE
imprensa@bancariosbahia.org.br

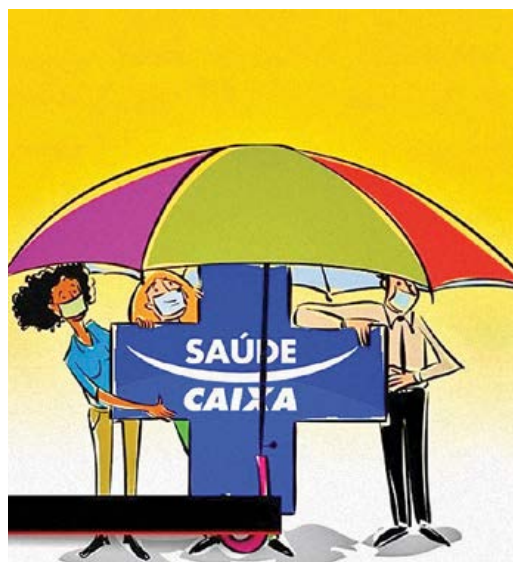
O **LUCRO** líquido do Banco do Brasil, em 2020, foi de R\$ 13,9 bilhões. A queda de 22% em relação à lucratividade obtida em 2019 é em decorrência da antecipação, em caráter prudencial, de R\$ 8,1 bilhões em provisões feitas ao longo dos trimestres. Somente no quarto trimestre do ano passado, o BB somou R\$ 3,7 bilhões e subiu 6,1% em relação aos três meses anteriores.

O resultado extraordinário do Banco do Brasil é fruto do empenho dos funcionários, mesmo na pandemia e com ataques do governo Bolsonaro e da direção da empresa. Com um plano de reestruturação em

curso, o BB vai colocar mais de 5 mil trabalhadores para fora, fechar 112 agências (242 postos de atendimento e sete escritórios) e tirar a gratificação dos caixas executivos. Um prejuízo para a sociedade.

A carteira de crédito ampliada da instituição financeira cresceu 9% nos últimos 12 meses, alcançando R\$ 742 bilhões. O aumento no volume de crédito para pessoas físicas foi de 6,7% e o crédito rural subiu 6,8%. Apresentou expansão de 25,6% no crédito a micro, pequenas e médias empresas no ano passado.

O desmonte é injustificável. Foram eliminados 19,5 mil postos de trabalho entre 2014 e 2020. De 2016 para cá, foram fechadas 1.072 agências do Banco do Brasil. Também obteve bom resultado com as receitas de prestação de serviços. Alta de 4,8% nas receitas com seguros, previdência e capitalização, de 14,5% nos consórcios e de 7,2% na administração de fundos.



GT Saúde Caixa debate custeio

MESMO sem ter acesso aos dados atuariais, o GT (Grupo de Trabalho) Saúde Caixa se reuniu na quinta-feira, para discutir questões mais específicas para o estudo de um formato de gestão e custeio sustentável e acessível do plano para todos os empregados.

Só que os interesses do governo Bolsonaro e da direção do banco se contrapõem aos dos representantes dos trabalhadores. A Caixa apontou que pretende cumprir de forma integral diretrizes, como a alteração no estatuto da empresa, que impõe um teto de 6,5% da folha com despesas administrativas e assistenciais. Ainda tem a resolução CGPAR 23, que pode inviabilizar a existência dos planos de saúde das estatais.

A mobilização dos empregados é essencial para que as limitações impostas pelo governo não sejam aplicadas e que seja possível manter o Saúde Caixa, que foi uma das maiores conquistas dos bancários da instituição. O GT reforçou, mais uma vez, a importância da manutenção das premissas de solidariedade, mutualismo e pacto intergeracional. A próxima reunião está marcada para o dia 25.



Luta em defesa do Banco do Brasil enquanto empresa pública não vai parar. Desmonte nem pensar

Sindicato da Bahia aderiu à CCV

O **SINDICATO** dos Bancários da Bahia já fez a adesão à CCV da Caixa. A Comissão de Conciliação Voluntária é um instrumento fundamental para que os empregados possam reivindicar os direitos, sem a necessidade de uma ação judicial.

No momento depois do PDV (Programa de Desligamento Voluntário) que

aconteceu na Caixa, a CCV é ainda mais importante. A vigência do novo documento é até 31 de dezembro de 2022.

O bancário que precisa fazer conciliação já pode procurar o Sindicato para fazer a solicitação. As sessões conciliatórias serão feitas, preferencialmente, por videoconferência devido à pandemia de Covid-19.

Atenção ao prazo para a prova de vida na Funcef

OS APOSENTADOS e pensionistas da Funcef nascidos em fevereiro devem realizar a prova de vida. O procedimento deve ser feito até o dia 28 deste mês, pelo aplicativo da Fundação, disponível gratuitamente no *Google Play* ou *Apple Store*. Basta seguir as instruções apresentadas em vídeo explicativo. No caso dos pensionistas, será considerada a data de nascimento do titular.

Na história da Bahia e do Brasil

Cenas históricas foram registradas pela equipe do SBBA. Que orgulho!

RENATA LORENZO
imprensa@bancariosbahia.org.br

O **SINDICATO** dos Bancários da Bahia é peça carimbada em vários momentos importantes no Estado e no Brasil. No dia 16 de maio de 2001, aconteceu a histórica invasão do prédio da Faculdade de Direito da UFBA (Universidade Federal da Bahia) pela Polícia Militar da Bahia, ordenada pelo então governador do Estado, César Borges, contra as manifestações dos estudantes pela cassação dos senadores

ACM e Arruda.

O cinegrafista do SBBA, Rogério Almeida, estava na hora exata e no local certo e foi o único a filmar as imagens exibidas nacionalmente. Foi possível ver cenas de brutalidade e repressão. Cerca de 30 estudantes sendo feridos pela PM. A manifestação, convocada pela UNE e centrais sindicais, contou com mais de 50 mil pessoas.

À época, **O Bancário**, jornal diário do Sindicato da Bahia, rompeu a censura praticada pelos demais veículos de comunicação.

FOTO DA INTERNET



Sindicato registrou a histórica invasão do prédio da UFBA feita pela PM

A publicação mostrou para todo o país os métodos antidemocráticos do então senador

Antonio Carlos Magalhães. O todo poderoso na Bahia violou o painel do Senado.



Mais de 55 mil pessoas foram resgatados em situação análoga à escravidão

Trabalho escravo ainda é realidade no Brasil

O **TRABALHO** escravo ainda é uma triste realidade vivida por muitas pessoas pelo mundo, principalmente no Brasil. De acordo com os dados da SIT (Subsecretaria de Inspeção do Trabalho), do Ministério da Economia, 55.004 trabalhadores foram resgatados em situação análoga à escravidão entre 1995 e junho de 2020. A partir da fiscalização, as vítimas receberam mais de R\$ 108 milhões referentes a títulos verbais salariais e rescisórias.

No primeiro semestre de 2020, em meio à pandemia de Covid-19, foram realizadas 45 ações fiscais em todo o país, com o resgate de 231 pessoas.

Os negros ainda são os mais afetados pelo trabalho escravo no Brasil. Pretos e pardos corresponderam a 82% dos 2,4 mil trabalhadores que receberam seguro-desemprego após o resgate entre 2016 e 2018. A cada cinco pessoas resgatadas em situação análoga à escravidão, quatro eram negros.



SAQUE

Rogaciano Medeiros

MUITO GRAVE A sociedade precisa saber. A autonomia do Banco Central não impacta apenas no mercado de capitais. O estrago é infinitamente maior. A retirada do poder do Estado de definir a política econômica é uma agressão à soberania nacional. Coloca o sistema financeiro acima da nação e da República. Deixa a sociedade refém da ganância dos bancos.

JÁ TEM A tal autonomia do Banco Central é mais uma trama do ultraliberalismo neofascista que Bolsonaro serve. Na real, o BC já atua autônoma e livremente no mercado, mas, claro, respeitando a soberania do Estado e com foco nos interesses nacionais. O que eles querem é independência. Ou seja, primeiro os bancos, depois o Brasil e os brasileiros.

PARA ONTEM O grau da lesão que a autonomia do BC vai causar ao Brasil pode ser dimensionado pelo fato de até o senador José Serra (PSDB-SP), neoliberal convicto, protagonista da "privataria tuca", se posicionar contra. É preciso, imediatamente, uma concentração de esforços suprapartidários, além das ideologias, para barrar mais um crime de lesa-pátria do governo Bolsonaro.

UMA LÁSTIMA A votação do pedido de urgência na Câmara Federal para o projeto de autonomia do BC serviu para mostrar que muitos deputados dos partidos incluídos nas forças progressistas não são tão progressistas assim. Isso mesmo, 15 parlamentares do PSB e PDT votaram a favor da urgência. Se é do campo democrático, tem de se opor, e não servir ao ultraliberalismo.

VAI ASSUMIR? Coincidência ou não, teoria da conspiração ou não, o fato é que as notícias sobre o recém lançado livro em que o general Villas Boas revela que a prisão de Lula foi decisão do alto comando do Exército explodem na mídia justamente quando a sociedade clama pelo julgamento da suspeição de Moro. O STF tem de se pronunciar, senão admite subjugação.